

21 AGO 1989

Eclipse Mental

Adívida externa é um tema que se presta à demagogia dos políticos. O pagamento dos encargos (juros e amortização) desde a suspensão em 1982 dos empréstimos voluntários ao Brasil afetou fundo a vida econômica do país, e por envolver a soberania nacional, tem sido a questão da dívida externa campo exploratório das mais extravagantes propostas. A última delas brotou na Comissão Parlamentar para o Exame da Dívida Externa, que recomendou a suspensão imediata de todos os pagamentos devidos até que o Supremo Tribunal de Recursos se pronuncie sobre a constitucionalidade dos contratos assinados pelo Brasil com os credores.

Admitindo que muitos contratos são ilegais, a tradicional morosidade da nossa Justiça precisaria de um prazo mínimo de um a dois anos de completa suspensão de pagamentos até que o STF tenha condições, depois de um exame caso a caso dos milhares de contratos, de promover o julgamento final da questão. Ou seja, trata-se de uma proposta estapafúrdia, digna de quem sofreu um eclipse do bom senso.

Só quem não tem o mínimo conhecimento da dependência das importações e das exportações

JORNAL DO BRASIL

brasileiras à abertura de linhas de crédito pelos bancos comerciais credores pode fazer uma proposta tão irresponsável. No dia seguinte à suspensão, os créditos comerciais de curto prazo de mais de US\$ 10 bilhões desapareceriam, asfixiando o país. Depois da adoção da centralização cambial — que a rigor apenas dificultou a remessa de lucros e dividendos —, as linhas de crédito já encolheram e encontram dificuldade de renovação. Pode-se imaginar o que aconteceria com a suspensão de todo e qualquer pagamento.

O senador Severo Gomes (PMDB-SP), ardoroso e habitual defensor do nacionalismo, não deixou toldar seu raciocínio pela proposta genérica, e pediu seu desligamento do cargo de relator da Comissão. Mesmo com todos os motivos morais para questionar o acréscimo de US\$ 25 bilhões nos encargos da dívida causado pela forte alta dos juros internacionais no final dos anos 70, devido à adoção pelo Federal Reserve Bank de uma política monetária rigorosa para evitar a inflação diante da recusa do governo americano em cortar os gastos com armamentos, o Brasil deve saber distinguir entre as diversas linhas de crédito (oficiais e privadas) aquelas cuja corte terá efeito ainda mais danoso.